

As relações Brasil e Uruguai através dos discursos do Visconde do Rio Branco proferidos em 1855

Jaqueline Schmitt da Silva¹

Resumo: Durante os primeiros anos de 1850 o Brasil manteve uma relação de grande influência sobre o a República Oriental do Uruguai. Após 1851, através do Tratado de Aliança estabelecido entre Brasil e Uruguai, o primeiro adquiriu o direito de intervir no Estado Oriental, em sua política interna, finanças e desenvolvimento econômico. Nessa ocasião, o Visconde do Rio Branco fora secretário de Honório Hermeto Carneiro Leão, realizando um trabalho que seria reconhecido e motivo de promoção do político. Neste trabalho, faço uma breve incursão ao contexto platino no início da década, mais precisamente às questões envolvendo os conflitos entre os partidos no Estado Oriental e a queda de Oribe e Rosas e posteriormente trago as palavras do Visconde do Rio Branco na Câmara dos Deputados, onde este discute questões sobre o Império e o Uruguai nos anos que intermediam o Tratado de Aliança de 1851, e 1855, data em que os discursos são proferidos.

Palavras-chave: Império brasileiro; Uruguai; Política externa; Visconde do Rio Branco.

The Brazil and Uruguay relationships through speeches delivered Viscount of Rio Branco in 1855

Abstract: During the early 1850s, Brazil maintained a great influence on the the Eastern Republic of Uruguay. After 1851, through the Treaty of Alliance established between Brazil and Uruguay, the first acquired the right to intervene in the eastern state in its internal politics, finance and economic development. On this occasion, the Viscount of Rio Branco had been secretary of Honorius Hermeto Carneiro Leão, performing a job that would be recognized and the promotion of political reason. In this paper, I make a brief foray into the context platinum in the early, more precisely the issues involving conflicts between the parties in the State and the fall of Eastern Oribe and Rosas and later bring the words of Viscount of Rio Branco in the House of Representatives, where that discusses issues about the Empire and Uruguay in the years that mediate the Treaty of Alliance of 1851 and 1855, when the speeches are delivered.

Keywords: Brazilian Empire; Uruguay; Foreign Policy; Visconde do Rio Branco.

¹ Mestranda em História - PPGH/UPF. jaqueline.schmitt@hotmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, nas palavras de José Murilo de Carvalho, foi o mais brilhante diplomata do Império. (CARVALHO, 2010. p. 59). Contribuiu muito para as decisões tomadas em âmbito externo, buscando especialmente o destaque brasileiro na região da Bacia do Prata. O objetivo deste trabalho é compreender um pouco mais acerca do papel deste importante político do período imperial na política desenvolvida para o âmbito platino, especialmente com relação a República Oriental do Uruguai. Para tal, trataremos especificamente de alguns discursos proferidos por Rio Branco na Câmara dos Deputados em 1855.

UMA INCURSÃO NOS ANOS 1850: O CONTEXTO DAS RELAÇÕES BRASIL E URUGUAI

A ação do Império brasileiro sobre o Prata teve como objetivo principal atender aos seus interesses internos. Ao Brasil convinha manter uma relação que propiciasse um comércio regular com o Uruguai, do qual importava maior parte do charque que alimentava a grande massa de escravos que sustentava a economia escravista do país. Nesse sentido é possível compreender o porquê das ações empreendidas sobre o Estado Oriental, entre elas os empréstimos concedidos, que visavam dominar as finanças dos vizinhos, obtendo um controle que lhe permitiria maior facilidade nas negociações. O Brasil dependia do charque uruguaio, uma vez que o produzido no Rio Grande do Sul não sustentava a necessidade do mercado interno. (CERVO; BUENO, 1992, p. 104).

Além dessas finalidades econômicas, o Império pretendia defender a independência dessas repúblicas, fator importante para que o Brasil pudesse exercer hegemonia na região. Objetivava a livre navegação nos rios do estuário do Prata, pois só assim era possível ter acesso ao Mato Grosso. Outro aspecto que preocupava o governo Imperial era a delimitação das fronteiras, neste período ainda incertas. A expansão territorial não fazia parte das intenções do Brasil sobre a região que seria incompatível com os ideais do Império, que desejavam assegurar a integridade dos Estados vizinhos. O Visconde do Rio

Branco direcionava as ações de política externa interligando política e economia, num sistema de relações amigáveis e pacíficas que visavam atender aos interesses do Brasil (CERVO; BUENO, 1992, p. 105). Analisando os discursos do visconde observamos a defesa dos interesses do Império na República Oriental.

Em 1847 a guerra contra Rosas era adiada, pois prevalecia ainda a política de neutralidade na região Platina. Havia uma grande hesitação entre a neutralidade e ação. Em meados do século, eram três as principais questões da política externa brasileira: “o tráfico, com a ingerência inglesa, a imigração livre e, mais uma vez, as relações com o Prata.” E assim, debatia-se qual a política a ser seguida: “Observar, intervir diplomaticamente ou militarmente?” Estava em pauta nesse momento também a questão dos brasileiros residentes no Uruguai diante do conflito, pois as intenções de Rosas e de seu aliado Oribe eram questionáveis. Nesse sentido era invocada a proteção aos súditos brasileiros. Oribe impunha uma política de violência e arbitrariedades contra os brasileiros no Uruguai. Deveria o Brasil impor uma resistência pelas armas? (CERVO, 1981, p. 56).

Havia uma grande dúvida em virtude principalmente das questões conflituosas internas que ainda estavam sendo resolvidas, mas as pressões que vinham dos sul rio-grandenses em virtude das restrições à passagem de gado pela fronteira com o Uruguai forçavam o governo brasileiro a uma tomada de atitude. Assim optou-se pela intervenção, que acabou resultando na guerra contra Oribe e Rosas, bem como na assinatura de tratados com Uruguai.

Nos seus projetos de unificação, o ditador Juan Manuel de Rosas queria reconstruir o vice- reinado do Prata. O Uruguai constituía o primeiro elo dessa reconstrução e Rosas encontrou ali um aliado importante, Manuel Oribe. Rosas apoiou Oribe nas eleições, em detrimento de Rivera, candidato que o Brasil apoiava. De acordo com Oliveira Lima, a intervenção do Império brasileiro contra Rosas não lhe trouxe nenhum benefício ou vantagem territorial, somente a regulação de seus limites com o Uruguai. (LIMA, 1921, p. 474-476).

Conforme Leslie Bethell, após a independência, os uruguaios começaram a lutar entre si pelos bens naturais do país, sob a égide de dois partidos, o *blanco* e o *colorado*. Os *colorados* se constituíram como partido urbano, aberto às ideias liberais e estrangeiras, à imigração e ao apoio

brasileiro. Os *blancos* eram o partido da zona rural, dos estancieiros, da tradição; defendiam a não-intervenção; orgulhavam-se da aliança com o argentino Rosas. O partido *blanco* era chefiado por Oribe. (BETHELL, 2009, p. 673). Entretanto, ambos os partidos acabaram se decepcionando com a intervenção estrangeira. Estimulados por Urquiza, os partidos rivais fizeram as pazes em outubro de 1851. Aliaram-se de forma conjunta contra Rosas, tendo ao seu lado o Brasil. Conforme Leslie Bethell,

Nessa altura, o Uruguai assinou com o Brasil um tratado extremamente desfavorável, pelo qual cedia direitos territoriais, concedia uma hipoteca sobre os direitos alfandegários e permitia o livre trânsito do gado do Uruguai para o Brasil: tudo isso, em troca de um subsídio mensal, os únicos fundos de que o tesouro uruguaio dispunha.

A guerra deixou o Uruguai em situação de endividamento, sem recursos e com a sombra ameaçadora do Brasil pairando sobre si. (BETHELL, 2009, p.674).

Os tratados assinados em maio e outubro de 1851 entre Brasil e Uruguai estabeleceram quase que uma tutela do primeiro sobre os segundo, pois asseguravam, sobretudo, a intervenção do Império sobre o Estado Oriental. Teixeira Soares afirma que pela primeira vez o Brasil iria ter parte ativa numa negociação diplomática de grande porte. Essa negociação visava à pacificação do território uruguaio, que até então estava entregue aos desmandos de Oribe, aliado do argentino Manuel Rosas, e também a livre navegação dos rios às nações amigas. (SOARES, 1955, p. 116)

QUESTÕES DEBATIDAS POR RIO BRANCO

No discurso proferido em 17 de julho de 1855, o Visconde do Rio Branco aborda questões referentes a empréstimos ao Uruguai, permanência das forças brasileiras na República Oriental e às crises no governo oriental desde o início da década de 1850, mais especificamente, após o tratado assinado em 1851.

EMPRÉSTIMO AO URUGUAI

Sobre o pedido do Estado Oriental de um empréstimo ao Brasil e de ter tido promessas e garantias de que este empréstimo se faria, o Visconde afirmava que a promessa do governo Imperial era falsa. O que havia de verdadeiro era que o governo Oriental teria solicitado esses auxílios. O governo Imperial havia recusado. A autorização dada ao legislativo havia expirado e não havia condições do país conceder outra autorização. Considerava não ser motivo de lisonja que o governo Oriental estivesse gastando mais do que sua receita. (RIO BRANCO, 2005, p. 39).

Seria necessário um maior controle nas finanças daquela República, uma fiscalização dos direitos fiscais, criando alguns impostos que substituíssem aqueles que se havia considerado necessário suprimir. Afirmava-se que o governo Imperial estaria sempre de acordo a prestar à República os bons ofícios, desde que fossem compatíveis com suas necessidades. Sobre a reeleição, que seria de fato anticonstitucional, do presidente do Uruguai general Flores, o Visconde afirmava que não diria que a pessoa do presidente fosse capaz de um golpe de Estado, ou de algo que abalasse a ordem e a paz no estado Oriental. Dizia que não competia a ele naquela tribuna julgar a atuação ou intenções do presidente. Reafirmava que a divisão brasileira tinha entrado no Uruguai de acordo com a solicitação do seu governo. (RIO BRANCO, 2005, p. 40)

PERMANÊNCIA DAS FORÇAS BRASILEIRAS NO URUGUAI

Sobre a permanência das forças brasileiras no Uruguai, o Visconde do Rio Branco sustentava que elas estavam de acordo com um ajuste assinado em 09 de agosto do ano de 1854, no qual havia sido estipulado que a permanência da divisão brasileira dependeria do mútuo assentimento dos dois governos, não indo além do governo da época e também o Império podendo retirar-se quando desejasse, apenas avisando um mês antes. Não havia solicitação do governo oriental para que as forças brasileiras permanecessem ali um prazo maior; a permanência no Uruguai obrigava o Império a uma despesa maior, privando de serviços que poderiam ser prestados dentro do

território do Império, sendo uma permanência bastante penosa aos soldados brasileiros. Rio Branco defendia apenas os aspectos que dificultavam ao Império a permanência de tropas, sem explicar claramente no seu discurso os interesses que o Império possuía em manter forças militares na República Oriental.

O governo Imperial, segundo as palavras do visconde, desejava que a divisão militar pudesse regressar o quanto antes ao Brasil. O auxílio que o Império devia prestar a autoridade da República para conservar a paz e o regime constitucional achava-se estipulado no tratado da aliança em 1851. Ali estavam determinadas as formas, os casos em que as forças brasileiras poderiam ajudar o governo dos orientais. Fora do que ali estava estabelecido, o governo Imperial não tinha que intervir. Quando houve as eleições, estando as forças brasileiras ali presentes, o ministro plenipotenciário procedeu fazendo com que toda a divisão se recolhesse e não fizesse nem a guarnição da cidade. O Visconde dizia não acreditar que a simples presença da divisão brasileira no Estado Oriental pudesse influir nas eleições, a favor do presidente ou dos seus adversários. Além do governo, parte muito significativa da população havia solicitado a entrada deste na República. Quando se falara na possibilidade de retirada da divisão, vários nacionais e estrangeiros dos mais conceituados de Montevideú foram à casa da Legação Imperial verificar sobre a veracidade da ideia, oferecendo ao ministro brasileiro uma representação para desistir do propósito. (RIO BRANCO, 2005, p. 41-42).

NOVO GOVERNO NO ESTADO ORIENTAL

Sobre o governo Imperial ter reconhecido o governo que sucedeu ao Sr. Giró, muito ocorreu para isso, inclusive o procedimento do Visconde como representante imperial em Montevideú. Essa questão já havia sido tratada pelo Senado de forma brilhante, e era pensada novamente pelos deputados, que julgavam que as dificuldades por que passava o governo Oriental devia pesar tanto aos uruguaios quanto ao representante do império em Montevideú, no caso, o Visconde do Rio Branco. (RIO BRANCO, 2005, p. 43).

Em defesa, o Visconde resolveu fazer sua fala, e afirmou sempre ter entendido que depois da pacificação da República Oriental do Uruguai, ao

Brasil não devia mais interessar *blancos* e *colorados*, todos deviam ser considerados iguais. Dizia ter procedido conforme aprovação do governo imperial fazendo o possível para tentar sustentar a autoridade do Sr. Giró, presidente que havia perdido o poder. (RIO BRANCO, 2005, p. 45).

Os procedimentos foram regulados pelas estipulações subsistentes entre o Império e a República Oriental. Nunca teria praticado outro ato que não fosse tendente a cimentar as boas relações entre o Império e a República, buscando promover e conservar a paz sobre as bases da aliança. Prestou ao Sr. Giró muitas demonstrações de estima e consideração, correspondidas dignamente. Teve a honra de estabelecer relações com homens distintos de ambos os partidos uruguaios, sem distinções. Quem enfraqueceu a autoridade de Giró não teria sido o plenipotenciário brasileiro, mas sua política mal conduzida, amparada em pessoas que não possuíam as características necessárias para um bom governo, obtendo resultados negativos. (RIO BRANCO, 2005, p. 46).

Os *blancos* e *colorados* fizeram as pazes e depuseram suas armas graças à aliança feita com o Império. Houve a pacificação, mas foi em presença dos aliados que os dois partidos beligerantes depuseram suas armas e subscreveram um tratado que se denominou Pacto Nacional de 10 de outubro (1851). Não haviam nem vencedores nem vencidos. Ao mesmo tempo, os plenipotenciários, brasileiro e uruguaio, assinavam no Rio de Janeiro um Tratado de Aliança em que o governo Imperial se comprometia a prestar auxílio a autoridade que se organizasse na República depois de sua pacificação. Foi afirmado também que um dos principais atos da República após a pacificação seria restituir as propriedades confiscadas por Oribe, tanto de orientais que pertenciam à defesa de Montevidéu, como de súditos brasileiros e outras nações. (RIO BRANCO, 2005, p. 46).

Na política nascida com Giró nasceram os antigos ódios, as antigas rivalidades, os antigos partidos. A guerra civil era inevitável. O representante brasileiro assim devia aconselhar o presidente Giró para que permanecesse firme em sua política e se a guerra civil viesse poderia contar com as forças brasileiras para sustentar o poder. O Visconde afirmava que assim havia procedido, pois era necessário. A paz do Uruguai interessava ao Brasil e esta era uma estipulação feita nos tratados de paz. Entretanto, o presidente oriental,

Sr. Giró, nunca quis atender aos pedidos e conselhos do Brasil. Mas quando a crise foi anunciada, mudou seu discurso, e passou a falar da necessidade de subsídios e força para o sustentar no comando da nação Oriental. (RIO BRANCO, 2005, p. 47).

Diante das circunstâncias o Visconde manteve-se na sua posição, sempre ao lado do governo, sem animá-lo a prosseguir por esta senda que havia tomado. E assim, enquanto os partidos políticos estavam praticamente em estado de guerra civil, o senhor Giró resolveu aceitar a demissão dada ao ministro das relações exteriores. Ao seu lugar colocou Bernardo Berro, curiosamente, o mesmo que havia sido aliado de Oribe, ministro general que havia subscrito o decreto que confiscou propriedades de nacionais e estrangeiros. A nomeação deste para ministro não ajudou, só aumentou a crise entre os partidos, tornando a guerra civil eminente. “O Senhor Giró não quis em nada modificar a sua política, vieram, então, os sucessos que se desenvolveram de setembro a dezembro de 1853”. Por estes sucessos entende-se a deposição do governo de Giró e a implantação de outro governo. (RIO BRANCO, 2005, p. 48).

Não encontrando saída para o estado em que colocou o país, Giró abandonou o Uruguai numa fragata francesa, e assim, foi proclamado o governo provisório. Nesse contexto, o ministro brasileiro não poderia fazer nada além de recolher-se a legação e esperar indicações do seu governo sobre como proceder. “O governo provisório assim instalado foi logo aceito e obedecido por toda a República; todos os agentes diplomáticos continuaram as suas relações oficiais com aquele governo; só deixou de o fazer o ministro do Brasil”. Para voltar a Montevideu o próprio Giró pediu permissão para este governo provisório, voltou para sua casa, colocando-se debaixo da autoridade deste governo. Alguns amigos deste também voltaram às suas casas, reassumindo seus empregos. Enquanto isto se passava em Montevideu, o governo Imperial expediu ordem à província de S. Pedro do Rio Grande do Sul “para que postasse sobre a fronteira uma divisão de 5.000 homens, pronta a marchar à primeira ordem”. (RIO BRANCO, 2005, p. 49).

Na nota expedida pelo Visconde ao Sr. Giró, este fala sobre a contrariedade aos esforços do ministro residente em Montevideu para que os acontecidos tivessem um desenlace pacífico. Se tivessem conseguido realizar

seus planos, dizia o Visconde, a situação em que se achava a República seria bem diferente, não precisando invocar o tratado de aliança de 1º de outubro de 1851. Se a República achasse por bem invocar tal tratado para a resolução de suas questões, valeria ressaltar que o apoio que o governo do Brasil destinaria não se limitaria às forças de mar e terra, mas também a apoio e conselhos que impedissem o uso desses recursos últimos. Muitas vezes esses recursos são mais eficazes e deveriam preceder ao uso da força armada. Assim, de acordo com o tratado, o governo Imperial tinha o direito de ser ouvido como amigo e aliado, e atendido. Só assim valeria sua posição assumida no Tratado de Aliança, conforme a afirmação o Visconde em carta a Giró:

Infelizmente, não se quis ouvir ao ministro residente no Brasil, desconhecendo-se uma obrigação imposta pelo tratado. Esta é a verdadeira origem das complicações e dos males que todos sentem. Pretende-se hoje cortar com a espada as dificuldades que então seria fácil desatar. (RIO BRANCO, 2005, p. 50).

Entendia-se que ao governo imperial cabia apoiar os esforços dos cidadãos da República Oriental para reestabelecer o governo que era a autoridade legítima. Enquanto o Brasil esperava notícias para prestar auxílio, o presidente deposto preferiu a proteção da nação francesa. Apesar disso, o governo imperial julgou oportuno colocar suas forças na região de Bagé e aumentar a estação naval do porto com mais um vapor de guerra. Assim, o Império estava disposto a prestar o auxílio que lhe fosse requisitado (RIO BRANCO, 2005, p. 51).

Assim, o Visconde se colocava como porta voz do governo, se fazendo presente para cumprir as disposições contidas no Tratado de Aliança, para que fosse restituído ao poder a pessoa do sr. Giró, presidente legítimo. “O governo imperial confia que V. Exa. não repelirá uma proposta concebida e apresentada no interesse de evitar a efusão de sangue e, com ela, os ódios e perseguições que se perpetuam no país onde ele se derrama.” (RIO BRANCO, 2005, p. 52).

O senhor Giró respondeu ao Visconde, dizendo que os princípios de lealdade e justiça do governo Imperial muito honravam a República, porém considerava que o país não estava na situação de receber os auxílios estabelecidos pelo Tratado de Aliança. Finalizava considerando-se inabilitado para dizer qualquer coisa a mais sobre a sua deposição. As relações do

governo Imperial com o Uruguai permaneciam interrompidas. Entretanto, a paz na República estava restabelecida, o governo que sucedera Giró obedecido e reconhecido. “Entendeu, pois, o governo imperial que devia, como os demais governos e todo o Estado Oriental, reconhecer o governo de fato que sucedeu ao sr. Giró”. Assim, o novo agente diplomático, Sr. Amaral, teve ordem reconhecer o governo e reestabelecer as relações oficiais. Conforme carta de José Maria do Amaral, o Império não podia lutar com armas contra um governo que os orientais reconheciam. Amaral ainda comenta em sua nota que não havia formas para o Brasil lutar pela República se até mesmo o presidente deposto não via possibilidades de luta. (RIO BRANCO, 2005, p. 53-56).

O Visconde do Rio Branco assegurava que,

Os nossos sacrifícios não tem sido de todo inutilizados, como disse o nobre deputado; deles tem resultado benefícios reais para a República. A sua pacificação assegurou também a sua independência, pois que a guerra assoladora, que terminou em 1851, extinguiria a nacionalidade oriental, se ela escapasse da sorte que lhe preparava o ditador Rosas. (RIO BRANCO, 2005, p. 57).

Em 06 de agosto de 1855, na Câmara dos Deputados, o Visconde do Rio Branco retoma a discussão do discurso de 17 de julho, sobre as relações do Império com a República Oriental do Uruguai, discutindo a influência do Brasil no Estado Oriental, sobre a atuação do General Flores, aspectos políticos e financeiros da República Oriental.

O governo Imperial deveria prestar apoio eficaz em favor do governo Oriental durante o espaço de 04 anos. Entretanto, este compromisso do governo Imperial, só poderia ser prestado sendo requisitado, nos casos e pela forma que determinavam os artigos 6º e 7º do Tratado de Aliança.

CRISE NO GOVERNO ORIENTAL

De sua parte, o governo do Uruguai havia se comprometido a seguir a política mais adequada para preservar a paz e a ordem constitucional no país. “Esta política está também definida nos artigos 11 e 12 do Tratado de Aliança: ela devia ter por base o completo olvido do passado, a conciliação dos antigos dissidentes, a exata observância de todas as garantias e preceitos da

Constituição da República”. Nas palavras do Visconde percebe-se sua posição diante dos questionamentos sobre a finalidade das relações entre o Brasil e o Uruguai,

Os fins da aliança celebrada entre o Império e o Estado Oriental do Uruguai, para serem conhecidos, não é preciso que recorramos aos discursos dos ilustres estadistas a que o nobre deputado se reportou; esses fins estão bem expressos e definidos no tratado de 12 de outubro de 1851. Esses fins, diz o preâmbulo do tratado de 12 de outubro, são estreitar relações entre os dois países, prover à conservação da paz e da tranquilidade do Estado Oriental e, pela conservação desta, à segurança recíproca de ambos os Estados. (RIO BRANCO, 2005, p. 70).

Entretanto, o presidente não seguiu esta política, pelo contrário, se afastou muito dela,

Tendo-se o ex-presidente do Estado Oriental colocado fora inteiramente das condições de aliança; tendo, por seus atos, tornado iminente a guerra civil; não tendo querido entender-se com o governo imperial sobre as condições da aliança; não o tendo prevenido sobre as eventualidades de uma guerra civil, que só ele podia prever, porque só ele podia medir as consequências do que tinha em seu pensamento; não tendo requisitado em tempo o auxílio do governo imperial para que este pudesse intervir, quando fosse necessário, eficazmente: deveria eu aconselhar ao presidente da república que continuasse como ia? Deveria eu declarar que o governo Imperial estava solidário com esse presidente em todas as consequências de sua política? Deveria eu declarar que o governo Imperial estava obrigado e disposto a levar a guerra ao Estado Oriental para restabelecer a pessoa desse presidente no primeiro cargo da república?! (RIO BRANCO, 2005, p. 71).

Os últimos atos do presidente Giró foram qualificados pelos seus próprios amigos como verdadeiro desatino. Depois dos acontecimentos de 18 de julho de 1853, isto é, depois do conflito que teve lugar entre um batalhão de linha e a força da guarda nacional que formara para a parada do dia do aniversário da Constituição da República, o Sr. Giró compreendeu toda a gravidade da situação em que se achava o seu país, entendeu que convinha modificar a sua política antes que os ânimos se exaltassem ainda mais. Entendeu que para conseguir melhor aceitação, deveria chamar para o governo dois nomes, para o ministério o Sr. Manoel Herrera y Obes e o general Flores, que havia renunciado a pasta da guerra tempos antes. Assim, a confiança pública era de certa forma restituída, pois concentravam nesses nomes esperanças de ações importantes. (RIO BRANCO, 2005, p. 72).

Esperava-se que o presidente fizesse uma mediação entre os dois partidos. Entretanto, isto não ocorreu, o presidente retraiu-se e o estado de guerra civil tomou conta. O Visconde relata que no dia 23 de setembro, pela manhã, este teria sido consultado pelos ministros do Sr. Giró sobre o apoio que o ministro do Brasil podia prestar a autoridade da República, para dominar a situação em que ela se achava. O ministro respondia que, se o governo Oriental queria do ministro brasileiro um apoio material, ainda mesmo esquecendo das reclamações e protestos pendentes por parte da legação Imperial, não poderia prestar esta ajuda. Mas, se o governo da República quisesse o apoio moral do ministro brasileiro, esse apoio moral estava a sua disposição.

O fato era que o Império não ia desembarcar os poucos marinheiros e soldados que possuía para um sacrifício inútil em Montevideu. No mesmo dia, o ministro da Fazenda, Manoel Herrera y Obes, pedia que o Visconde se utilizasse da influência imperial para controlar a situação, enquanto o presidente da República fazia algumas concessões para os descontentes. Uma das queixas apresentadas pelo partido descontente era relativa aos departamentos políticos da república, que se achavam no poder contrário, desde a época de Oribe, e que mesmo com as eleições, que seriam próximas, não havia perspectivas de mudança. O presidente disse que nomearia para dois departamentos da campanha, dois chefes políticos colorados, exigindo que para isto, a tranquilidade fosse assegurada. (RIO BRANCO, 2005, p. 73).

Entre as condições, Giró exigiria que o general Pacheco y Obes se retirasse do país, pois além de figura rica, era um homem de prestígio militar enorme. Os esforços teriam tido êxito se o presidente da República não os malograsse asilando-se em outra nação. O general Pacheco y Obes estava pronto para embarcar a bordo de um navio brasileiro, para seguir à Europa, quando souberam do feito do Sr. Giró. Nesse contexto, não era interessante que se iniciassem concessões, que se solicitassem empregos para o lado descontente. O fato era que se tratava de paz, ou guerra civil na República Oriental e, por vezes, o Visconde dizia ter se pronunciado sobre isto, pensando nas circunstâncias, e qual a política que seria adequada para evitar calamidades eminentes.

Quando um deputado pede sobre a possibilidade de uma revolução também no Brasil, o Visconde dizia que considerava este fato muito difícil, especialmente pelas condições diversas entre os dois países, república do Uruguai e Império do Brasil. O Uruguai achava-se debilitado, com um Estado enfraquecido pela guerra civil, que só havia sido encerrada pela intervenção do Império, de Entre-Rios e de Corrientes. Somente com essa intervenção, os partidos *blanco* e *colorado* depuseram suas armas, impondo-se condições, que em teoria deveriam ser a base política do governo da república. (RIO BRANCO, 2005, p. 74). Falava ainda sobre a importância que D. Pedro II possuía para o equilíbrio na política,

[...] em nosso país, a sabedoria e a prudência do monarca que preside aos nossos destinos tem, algumas vezes, feito preferir os meios brandos e pacíficos para prevenir e extinguir as comoções políticas. Não é exato que entre nós se considere a força como o único meio de manter a ordem. (RIO BRANCO, 2005, p. 74-75).

Rio Branco dizia ser partidário dos governos fortes e enérgicos, mas complementava: “entendo que a força não consiste somente no emprego dos meios materiais; entendo que, muitas vezes, dá prova de coragem e de força a autoridade que souber empregar os meios brandos de preferência a esse recurso extremo da força”. Sobre a atuação do representante brasileiro no Uruguai, diz o visconde: “O que é verdade, senhores, é que o plenipotenciário brasileiro procedeu como lhe cumpria: acolheu a todos, ouviu a todos, mas procedeu independente de todos”. Reconheceu o governo instaurado e deixou que a Assembléia Geral Legislativa da República escolhesse livremente o seu presidente. Se esta eleição recaiu sobre o general Flores, não foi por influência do Brasil. Até mesmo o ex-presidente dispunha de muita confiança no general Flores, este fora ministro da guerra e chefe dos negócios exteriores em seu governo. (RIO BRANCO, 2005, p. 75-76).

O Visconde afirmava que o governo Imperial deveria promover os interesses legítimos de ambos os países, tomando por norma os pactos que entre ambos existiam. Não convinha que os brasileiros sustentassem ambições e interesses individuais. “Muito mal iriam as nossas relações com os Estados vizinhos se, porventura, elas tivessem de assentar sobre base tão frágil, movediça e odiosa”. Sobre a influência exercida pelo Império no Uruguai, o

visconde dizia considerá-la legítima e benéfica: “legítima porque deriva dos serviços que temos prestado àquele país e pelos pactos que a ele nos ligam; benéfica, porque não exercemos se não com muita generosidade e desinteresse, a bem do estabelecimento da paz e da sustentação da ordem constitucional naquele país.” (RIO BRANCO, 2005, p. 79).

Sobre as questões financeiras do Uruguai lutava-se com dificuldades, porque se queria satisfazer todos os empenhos contraídos pelas administrações anteriores. E ainda amortizar uma parte da dívida antiga. “O estado financeiro da República Oriental estava muito longe de ser satisfatório”. E este era um legado que vinha desde as lutas entre os partidos, não podendo ser atribuído ao governo da situação. (RIO BRANCO, 2005, p. 80).

Com relação à fronteira com o Uruguai, a província de S. Pedro do Rio Grande do Sul mantinha uma relação de amizade. A passagem de gado de um lado para o outro era frequente e normal. As relações não tinham sofrido interrupções.

Quando em abril de 1853 o presidente Giró pediu ao Visconde que conseguisse um empréstimo para o governo do Uruguai, que se achava em atraso com o pagamento de sua tropa, já descontente, ameaçando a tranquilidade pública, o Visconde conseguiu com que o barão de Mauá emprestasse ao governo 70 mil patações ou 84 mil pesos. O mesmo não constituiu uma especulação mercantil, mas foi um favor feito a pedido do ministro do Brasil, algo de muita vantagem para o governo oriental que prestou ao prestador a vantagem de somente 1% de juro ao mês. O governo oriental não pode fazer o pagamento devidamente. Solicitou outro empréstimo ao Império, ao qual este concedeu, sendo que o governo devedor deveria utilizar parte para o pagamento do empréstimo anterior. Ainda o governo brasileiro pediu ao prestador que o juro de 1% diminuísse para meio por cento. E assim que se fez o pagamento. (RIO BRANCO, 2005, p. 84-85).

Pelo bem ou pelo mal, o Visconde do Rio Branco afirmava que “pela aliança do Império, assegurou-se a independência desse Estado, que estava gravemente ameaçada pelo ditador Rosas. À influência da aliança do Império se deve, em grande parte, a paz de que a República tem gozado desde sua pacificação.” (RIO BRANCO, 2005, p. 82).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre Brasil e Uruguai entre os anos de 1851, quando assinaram o Tratado de Aliança, e 1855, quando o Visconde do Rio Branco realiza tais discursos na Câmara dos Deputados, podem ser caracterizadas como de tensões. Ao mesmo tempo em que o Brasil se coloca diante do Uruguai como seu protetor, como aquele que o ajudará em ocasiões difíceis, algumas vantagens este almeja, como, por exemplo, a superioridade, a hegemonia que deseja exercer na região platina, além dos benefícios econômicos. Sobre a deposição do presidente Giró, o Brasil tentou intervir, mas, de acordo com as afirmações de Rio Branco, o presidente uruguaio não cumpriu adequadamente seus compromissos, e até mesmo não acatou as recomendações do governo Imperial, e acabou deposto. O Império não reconheceu o novo governo e rompeu relações. Entretanto, apesar das tentativas, nada conseguiu de relevante, uma vez que o governo provisório era reconhecido até mesmo pelo presidente deposto. Sendo assim, o Império reconheceu o novo governo e reestabeleceu relações amigáveis. O caráter das falas de Rio Branco demonstra a posição de um Brasil protetor do país vizinho.

As diretrizes da política externa brasileira no Prata estavam interligadas ao contexto interno do Império. Arenal afirma que a política interna e a política externa andam juntas, e Milza diz que não há diferença estanque entre ambas, mas interações com a supremacia da política interna sobre a externa. (MILZA, 2003, p. 370). Ao abordar as questões de política externa com relação ao Uruguai, percebe-se que o meio interno, da política imperial, dos interesses do Brasil, estão sempre acima das questões externas em si e relativas ao meio exterior. No entanto, quando se observa com atenção, percebe-se que de fato se discutia exaustivamente os problemas do país vizinho e as interligações deste com o Império brasileiro.

O Visconde do Rio Branco dedicou-se às questões platinas, tendo tido destaque nas décadas posteriores. Exímio observador de sua realidade pensava os problemas sob a ótica de um conservador que buscava melhorar a realidade do seu país, possibilitando destaque e hegemonia deste na região.

REFERÊNCIAS

ARENAL, Celestino del. *Introducción a las relaciones internacionales*. Madrid: Editora Tecnos, 1990.

CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

CERVO, Amado Luiz. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores: 1826-1889*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

LIMA, Oliveira. *Movimento da Independência. O Império brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1921.

BETHELL, Leslie. *As Repúblicas do Prata da Independência à Guerra do Paraguai*. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: Da Independência a 1870*. São Paulo: Edusp, v.3, cap.13, 2009.

SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império no Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Ed. Brand Ltda, 1955.

RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, Visconde do, 1819-1880. *Com a palavra, o visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Álvaro da Costa Franco org.- Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005.

MILZA, Pierre. *Política interna e política externa*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.